



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Bibo Nunes** - RS

Exmo. Sr. Senador Rodrigo Otávio Soares Pacheco
MD Presidente do Senado Federal

ALCÍBIO MESQUITA BIBO NUNES, aqui atuando exclusivamente no exercício da sua condição de cidadão e de Deputado Federal pelo Partido Social Liberal, eleito pelo povo do Estado do Rio Grande do Sul, vem à presença de Vossa Excelência apresentar **PEDIDO DE IMPEACHMENT** contra a Exma. Sra. Ministra do Supremo Tribunal Federal **CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA**, passando a expor as razões de fato e de direito que embasam a pretensão:

1- No dia 28 de janeiro de 2022, por volta das 13:00h, na residência da ex-Senadora e ex-Prefeita de São Paulo, Martha Suplicy, na cidade de São Paulo, a magistrada participou de reunião de cunho nitidamente político-partidário, em clara ofensa ao art. 39, item 3, da Lei nº 1.079/50, como também à dicção do art. 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal.

2- Na oportunidade, conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional, reuniram-se, no local e horário supracitados, aproximadamente 34 (trinta e quatro) mulheres da mesma vertente ideológica, todas de inclinação da chamada *esquerda*, com a finalidade de produzirem uma *carta aberta* à nação, a presidenciáveis, a candidatos e candidatas de todo o país (vide matérias jornalísticas anexadas). Inegável, nesse contexto, o viés e o objetivo estrita e unicamente político-partidário do encontro, situação incompatível com a elevada função ocupada pela magistrada na cúpula do Poder Judiciário nacional.



3- Participaram da reunião, além da magistrada e da já nominada anfitriã, consoante se divulgou com grande amplitude nos meios de comunicação de todo o país, nomes como: a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann; a senadora Simone Tebet (MDB-MS), pré-candidata de seu partido à Presidência da República; a diretora do Instituto Marielle Franco, Anielle Franco; a líder do Movimento dos Sem-Teto do Centro, Carmen Silva; a artista e ativista Preta Ferreira; a advogada Sheila de Carvalho; a secretária municipal de Cultura de São Paulo, Aline Torres; a especialista em educação Claudia Costin; a escritora e roteirista Tati Bernardi; e a jornalista Mariliz Pereira Jorge.

4- O rol exemplificativo posto acima, que congrega as chamadas *debatedoras* do encontro, não apenas comprova a indelével conotação político-partidária do encontro, como também a total exclusão de qualquer pensamento divergente da posição ideológica de *esquerda*. Esse cenário atesta a plena adesão da magistrada à mencionada vertente, e, ademais disso, o seu absoluto engajamento ao projeto de conquista do poder federal maior (Presidência da República) a partir da integração e divulgação de pontos marcantes da ideologia escolhida.

5- Convém salientar a participação, no referido encontro, de dirigente máxima partidária, a presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (Gleise Hoffmann) e mesmo de uma pré-candidata à Presidência de República (Simone Tebet), a denotar o intento – sequer ocultado nas entrelinhas – de se projetarem raízes da ideologia escolhida, com pleno e imediato potencial de infiltração no centro do poder federal. A comprovar, por parte da magistrada, o evidente propósito de, na condição de membro da cúpula do Poder Judiciário, interferir na formação da cúpula do Poder Executivo. Isso atenta até mesmo contra a independência entre os Poderes da República, salvaguardada com rigor pela Constituição Federal.

6- Sabendo-se que a magistrada, em virtude da sua função profissional, poderá eventualmente – em hipótese concreta e não apenas remota - vir a julgar atitudes de pessoas presentes à reunião, em especial relativamente aos pontos debatidos e emergentes do encontro, e que inclusive poderá ter que decidir acerca de temas que ela mesma ajudou a construir e propagar naquela data, percebe-se de plano a incompatibilidade entre a sua condição de Ministra do Supremo Tribunal Federal e pessoa atrelada à atividade político-partidária desenvolvida pelo grupo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Bibo Nunes** - RS

7- A pauta da reunião de que a magistrada participou é mais do que suficiente para indicar com segurança a sua incursão na vedação contida no ordenamento jurídico pátrio. Conforme noticiado à exaustão em grandes veículos de comunicação (vide reportagens anexadas), o encontro deu nascedouro à já referida *carta aberta à nação, a presidencialíveis, a candidatos e candidatas de todo o país*. Dentre os temas que foram objeto de debate e subsequente pregação em nível público estiveram: a) descriminalização do aborto (conduta vedada pela lei e que sequer poderia ser ventilada por uma Ministra do Supremo Tribunal Federal como comportamento admissível, ainda que para o futuro e à míngua de qualquer legislação permissiva); b) o antirracismo; c) o estímulo e facilitação de candidaturas femininas; d) o não retrocesso nas leis sobre os direitos das mulheres.

8- Guindados pelas partícipes à condição de diretrizes com vistas à eleição para Presidente da República – em pleno ano eleitoral!!! -, tais temas são de insofismável conteúdo político-partidário, eis que afetos mormente a legendas ditas de *esquerda* e extraídos de encontro cujos membros – sem exceção alguma – perfilham esse viés ideológico. E, o que é pior, sem integração de vozes dissonantes que pudessem fazer o contraponto e estabelecer na presença da magistrada um circunstancial elemento de moderação de posições. Noutras palavras, a conduta da magistrada foi de plena e total adesão, genuíno engajamento, aos fins e objetivos da reunião realizada na casa de líder notória da chamada *esquerda*.

9- Não há utilidade social ou coletiva alguma na participação da Ministra do Supremo Tribunal Federal em debate organicamente político-partidário junto a líderes da política nacional. E muito menos na residência de uma delas, deixando entrever, para quem analisa a cena, a existência de elevado grau de proximidade pessoal. Algo a ser evitado a todo custo e, com redobrada cautela, em ano eleitoral que já está a exaltar ânimos em todo o país. Diga-se, por relevante, que a discrição e a neutralidade são virtudes e deveres do magistrado, figurando como notável exemplo disso a obsequiosa autoinserção dos membros das Cortes Supremas de outras nações em ambientes distantes dos holofotes. Trata-se de pressuposto mesmo de objetiva imparcialidade aos olhos externos, e que funciona também como indicativo relevante de respeito à função e de preservação da segurança das relações jurídicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Bibo Nunes** - RS

10- O art. 39, item 3, da Lei nº 1.079/50, que disciplina exclusivamente questões relativas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, tem a seguinte construção normativa:

Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal: (...)

3 - exercer atividade político-partidária;

11- A seu turno, o art. 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal, assim está redigido:

Parágrafo único. Aos juízes é vedado: (...)

III - dedicar-se à atividade político-partidária.

12- Ainda que uma equivocada exegese normativa pudesse querer entrever na regra constitucional algo capaz de atenuar o rigor do ditame infraconstitucional, no sentido de que a ilegalidade residiria apenas em condutas contínuas e reiteradas de natureza político-partidária (dado o emprego do vocábulo *dedicar-se*), na realidade basta apenas um episódio para que se caracterize a ilicitude do agir. Em verdade, a regra constitucional veda a dedicação à atividade político-partidária em qualquer circunstância, mas para fins de enquadramento como crime de responsabilidade, dada a inequívoca construção literal da lei federal específica, é suficiente que o magistrado incorra, ainda que em episódio isolado, no ato de *exercer* a conduta obliterada.

13- Caso assim não fosse, ter-se-ia de todo obstada a possibilidade de enquadramento, pois o conceito vago e aberto de se dedicar à atividade político-partidária funcionaria como válvula de escape para todos os magistrados que fizessem incursões submetidas ao juízo subjetivo de caracterização da habitualidade como requisito de persecução. De tão nefasta à salutar independência dos Poderes, e de tão evidenciada – como no caso em apreço – a opção ideológica geradora de clara militância por meio da participação no ato descrito, é imperiosa a submissão da magistrada ao julgamento pelo seu juiz natural, que é o Senado Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Bibo Nunes** - RS

14- A propósito da competência para conhecer a decidir o tema, o art. 52, inciso II, da Constituição Federal, é de meridiana clareza:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...)

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

15- É passada a hora de oportunizar ao colegiado que compõe o Senado Federal o exame completo de pedidos de impeachment de membros do Supremo Tribunal Federal. Seja para que a abordagem se dê por todos os Senadores, disso emergindo pronunciamento final de mérito em torno de tão relevante matéria, seja como direito de quem é apontado como agente da ilicitude e que seguramente anseia pela demonstração da impertinência dos fatos narrados. Em derradeira assertiva, o julgamento pelo Senado Federal é proveitoso a toda a sociedade, configurando pleno apreço pelo exercício da necessária democracia.

ISSO POSTO, requer seja recebido e processado este pedido de impeachment, acompanhado dos anexos, até final julgamento de procedência.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Brasília, 08 de fevereiro de 2022

Alcibio Mesquita Bibo Nunes
Deputado Federal – PSL/RS

FOLHA DE S. PAULO



Mônica Bergamo

Mônica Bergamo é jornalista e colunista.



SEGUIR



FOLHAJUS STF

Cármem Lúcia deixa casa de Marta Suplicy após discordância sobre aborto

Tema foi debatido em encontro com cerca de 30 líderes políticas, ativistas e intelectuais na sexta (28)



A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármem Lúcia deixou o encontro realizado no apartamento da ex-senadora e ex-prefeita Marta Suplicy, nesta sexta-feira (28), após se ver em meio a um debate sobre descriminalização do aborto. "Acabou a reunião", disse, entre risos, enquanto se despedia dos presentes.



A ex-prefeita Marta Suplicy e a ministra do STF Cármem Lúcia, no apartamento de Marta, em São Paulo - Marlene Bergamo - 28.jan.2022/Folhapress

O tema foi discutido em um encontro promovido pela ex-petista com cerca de 30 líderes políticas, ativistas, personalidades, intelectuais e escritoras —todas mulheres—, com o objetivo de elaborar uma carta aberta à nação e estimular a inclusão de propostas para as mulheres nas campanhas à Presidência.

A ministra era aguardada com grande expectativa desde o início do encontro pela manhã, mas só chegou ao local por volta das 13h. Após discursar por meia hora sobre o combate à violência contra a mulher e almoçar, a magistrada se acomodou em uma cadeira ao lado de Marta, logo depois de tomar um café preto sem adoçante, para participar da reabertura dos debates.

Sua presença na mesa principal durou pouco. A discordância começou quando algumas participantes retomaram a redação da carta e lembraram a proposta de pedir a regulamentação da interrupção da gravidez —um ponto pacífico até então. A ministra, que não tinha acompanhado a primeira parte da conversa, se opôs ao uso da palavra aborto na carta.



A ex-prefeita Marta Suplicy mostra à ministra Carmen Lúcia o primeiro rascunho de carta que estava sendo escrita em conjunto por mulheres, em seu apartamento, em São Paulo - Bianka

Em conversa com Marta, Cármen Lúcia chegou a propor que, em vez dessa abordagem, o documento mencionasse a necessidade de criação de uma secretaria de mulheres e pedisse um orçamento destinado a políticas que passassem por "questões da mulher".

"Meninas, eu espero que vocês consigam chegar a algum [interrompe]. Eu tenho que ir embora para o meu voo", disse a magistrada, levantando-se da mesa. Questionada se estava indo embora por causa do voo ou do tema aborto, Cármen Lúcia desconversou e depois disse: "Isso aí causa muita polêmica".

Depois que a ministra do STF deixou o local, Marta concordou que a carta deveria ser mais cautelosa. Algumas participantes se decepcionaram com a mudança no rumo do debate, mas a maioria concordou que não era hora de "ir com os dois pés na porta", nas palavras de uma delas.

1 / 16 Aborto no Brasil



A versão final da carta, antecipada pela coluna, recebeu uma menção à "manutenção e expansão dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres".

Marta Suplicy recebeu nesta sexta nomes como a senadora Simone Tebet, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), a presidente da OAB-SP, Patricia Vanzolini, e a escritora e diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro, Bianca Santana, que redigiu o texto da carta em conjunto com as demais participantes.

A lista de presenças teve ainda debatedoras como: a diretora do Instituto Marielle Franco, Anielle Franco, a líder do Movimento dos Sem-Teto do Centro, Carmen Silva, a artista e ativista Preta Ferreira, a advogada Sheila de Carvalho, a secretária municipal de Cultura de São Paulo, Aline Torres, a especialista em educação Claudia Costin, a escritora e roteirista Tati Bernardi e a jornalista Mariliz Pereira Jorge — as três últimas são também colunistas da Folha.

mais

Criar um blog Login



Blog do jornalista

Políbio Braga

Análise de informações econômicas e políticas em um dos blogs mais acessados do sul do país.



DOMINGO, 30 DE JANEIRO DE 2022

Ativistas políticas na reunião com Marta Suplicy

Marta Suplicy recebeu nesta sexta nomes como a senadora Simone Tebet, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), a presidente da OAB-SP, Patricia Vanzolini, e a escritora e diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro, Bianca Santana, que redigiu o texto da carta em conjunto com as demais participantes.

A lista de presenças teve ainda debatedoras como: a diretora do Instituto Marielle Franco, Anielle Franco, a líder do Movimento dos Sem-Teto do Centro, Carmen Silva, a artista e ativista Preta Ferreira, a advogada Sheila de Carvalho, a secretária municipal de Cultura de São Paulo, Aline Torres, a especialista em educação Claudia Costin, a escritora e roteirista Tati Bernardi e a jornalista Mariliz Pereira Jorge.

Postado por Políbio Braga às 08:36

2 comentários:



Unknown 31 de janeiro de 2022 06:55

vergonha

Responder



Unknown 31 de janeiro de 2022 17:00

CANALHA!!

Responder

Digite seu comentário...

Comentar como: Conta do Goog ▾

Publicar

Visualizar

Postagem mais recente

Página inicial

Postagem mais antiga

Assinar: Postar comentários (Atom)

SOBRE POLIBIO BRAGA



Políbio Braga

Políbio Braga faz jornalismo desde os 17 anos de idade.

Com esta idade, também fez militância estudantil e foi

presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas entre 1962 e 1963. Mais tarde, a partir dos 40 anos, também exerceu atividade no setor público e foi secretário da Indústria e Comércio e da Fazenda de Porto Alegre, além de secretário de Relações Internacionais e chefe da Casa Civil do governo do estado do Rio Grande do Sul. Foi preso duas vezes durante o regime militar brasileiro, em 1962 e 1972. Publicou um livro sobre esta experiência, chamado Ahú, diário de uma prisão política. Outros livros publicados: "Herança Maldita, os 16 anos do PT em Porto Alegre" e "Cabo de Guerra. Trabalhou nos jornais Diário Catarinense, Correio da Manhã, Última Hora, Gazeta Mercantil, Zero Hora, Correio do Povo e Jornal do Comércio, e nas revistas nas Veja e Exame. Também apresentou e participou de programas de televisão na RBS, Band, TV Pampa e TV Guaíba além de programas de rádio.

[Visualizar meu perfil completo](#)

ARQUIVO DO BLOG

▼ 2022 (140)

► Fevereiro (30)

▼ Janeiro (110)

Discurso de Bolsonaro

Carta de Edir Oliveira

Artigo, João Satt - A gratidão, o silêncio e o tempo.

Carta

Ativistas políticas na reunião

Carmen Lúcia participa de 'reunião política' na casa de Marta Suplicy e deputado quer o impeachment (veja o vídeo)

31/01/2022 às 08:55



Carmen Lúcia participa de 'reunião política' na casa de Marta Suplicy e deputado quer o impeachment (veja o vídeo)

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), participou de um 'encontro político' organizado pela ex-senadora e ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

O encontro teria ocorrido na última sexta-feira (28) e reuniu cerca de 34 mulheres líderes políticas, ativistas e intelectuais, além da própria ministra.

Entre as presentes estavam a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e a senadora Simone Tebet (MDB-MS), pré-candidata de seu partido à Presidência da República.

A reunião resultou em uma carta aberta "à nação, a presidenciáveis, a candidatos e candidatas" de todo o país. O grupo de mulheres defendeu uma série de pautas, a exemplo da descriminalização do aborto, o antirracismo, o estímulo e facilitação de candidaturas femininas e o não retrocesso nas leis sobre os direitos das mulheres.

Bibo Nunes criticou duramente a presença de Carmen Lúcia na reunião.

"Qual o sentido de uma ministra do STF se reunir no apartamento da ex-petista Marta Suplicy com mais 30 mulheres para debater política? O certo não é uma posição de neutralidade, ainda mais a anfitriã sendo uma esquerdista carimbada? A ministra deve respeitar a liturgia do cargo", criticou.

Na sequência, em vídeo gravado neste domingo (30), o deputado garantiu que irá pedir o impeachment da magistrada.

Veja o vídeo:





> República > Breves

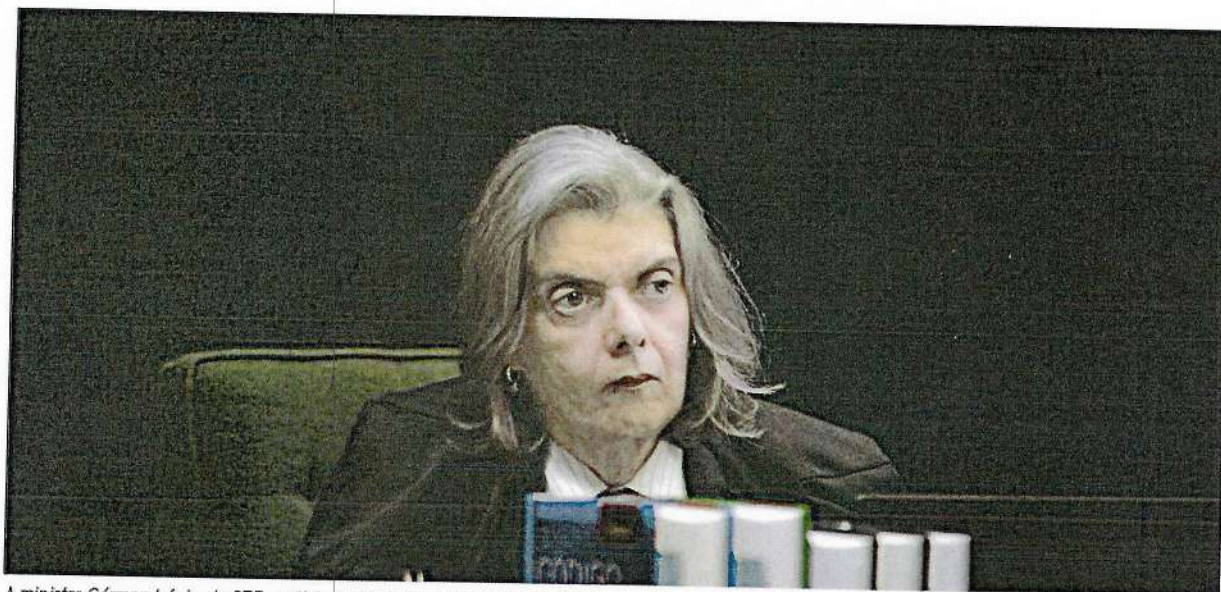
29/01/2022
21:30

"Liturgia Do Cargo"

APOIO:

Carmen Lúcia é criticada por aliado de Bolsonaro após participar de reunião política

Por Gazeta do Povo



A ministra Cármen Lúcia, do STF, participou de um encontro político organizado pela ex-senadora Marta Suplicy (Sem partido) | Foto: STF

Ouça este conteúdo

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi criticada pelo deputado federal Bibó Nunes (PSL-RS), por sua participação em um encontro político organizado pela ex-senadora e ex-prefeita paulistana Marta Suplicy (Sem partido).

O encontro, que ocorreu na sexta-feira (28), reuniu cerca de 34 mulheres líderes políticas, ativistas e intelectuais, além da ministra Carmen Lúcia. Entre as presentes estavam a

EXPLORE

**GAZETA DO POVO**

Terça-feira, 08 de Fevereiro de 2022.

ASSINE

ENTRAR

descriminalização do aborto, o antirracismo, o estímulo e facilitação de candidaturas femininas e o não retrocesso nas leis sobre os direitos das mulheres.

Em seu perfil do Twitter, Bibó Nunes criticou a presença de Carmen Lúcia na reunião. "Qual o sentido de uma ministra do STF se reunir no apartamento da ex-petista Marta Suplicy com mais 30 mulheres para debater política? O certo não é uma posição de neutralidade, ainda mais a anfitriã sendo uma esquerdista carimbada? A ministra deve respeitar a liturgia do cargo", criticou.

Tudo sobre:

Bibó Nunes

Carmen Lúcia

Publicidade

+ em Breves08/02/2022
10:27

Pandemia

Anvisa indefere três pedidos de registro para autotestes de Covid-19

Por Gazeta do Povo



A Anvisa já contabiliza 33 pedidos de registro para autotestes de Covid-19. | Foto: Pedro Ribas/SMCS



Ouça este conteúdo

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) indeferiu três pedidos de registros de

EXPLORE

**GAZETA DO POVO**

Terça-feira, 08 de Fevereiro de 2022.

ASSINE

ENTRAR

As empresas foram informadas por meio de ofício eletrônico sobre os pontos de ajustes necessários para cada produto antes que uma nova submissão possa ser realizada. Estes são os resultados dos primeiros pedidos de registro de autotestes avaliados pela Agência. A liberação para a venda dos produtos no país aconteceu no dia 28 de janeiro.

[...mostrar mais](#)

Tudo sobre:

Anvisa

COVID-19

Publicidade

08/02/2022
08:58

Pandemia

São Paulo detecta primeiro caso da sublinhagem BA.2 da Ômicron

Por Gazeta do Povo



Amostras para testes de Covid-19 | Foto: Geraldo Bubniak / AEN



Ouça este conteúdo

A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo confirmou na segunda (7) o primeiro caso da BA.2, uma sublinhagem da variante Ômicron, que é considerada ainda mais transmissível e tornou-se dominante em diversos países, como Dinamarca e Índia. Os primeiros casos foram confirmados no Brasil na última semana.

De acordo com a pasta, o paciente é um homem de 22 anos, natural do município de Santo

EXPLORE



GAZETA DO POVO

Terça-feira, 08 de Fevereiro de 2022.

ASSINE

ENTRAR

Nenhum parente do paciente adoeceu e ele informou não ter viajado.

...mostrar mais

Tudo sobre: [São Paulo](#)

Publicidade

EXPLORE

**GAZETA DO POVO**

Terça-feira, 08 de Fevereiro de 2022.

ASSINE

ENTRAR

Continue sua leitura. Libere já seu acesso digital!

Para continuar, escolha seu plano e assine agora a Gazeta do Povo

SELECIONE SEU PLANO DE PREFERÊNCIA:

(CANCELE QUANDO QUISER)

MAIS VENDIDO

Plano Digital

R\$ **0,99** no 1º mês

depois R\$ 21,90/mês

Assine

- ✓ Acesso ao jornal digital em qualquer dispositivo.
- ✓ Cobertura completa em textos, vídeos, podcasts e notificações.
- ✓ Conteúdos exclusivos de nossos colunistas.

Plano Premium

R\$ **0,99** no 1º mês

depois R\$ 36,90/mês

Assine

- ✓ Navegação mais rápida e sem propagandas.
- ✓ 1 login extra para você compartilhar com quem quiser.
- ✓ Acesso ao jornal digital em qualquer dispositivo.
- ✓ Cobertura completa em textos, vídeos, podcasts e notificações.
- ✓ Conteúdos exclusivos de nossos colunistas.

Ofertas válidas apenas para novos assinantes.

* Quer assinar só o Clube do Assinante? (exclusivo para Curitiba).

Gazeta do Povo > República > Breves > Carmen Lúcia é criticada por aliado de Bolsonaro após participar de reunião política

Acompanhe a Gazeta do Povo nas redes sociais

Gazeta do Povo

Notícias

Opinião

Mais

Informações

Sobre a Gazeta

República

Vozes

Bom Gourmet

Minha Conta

EXPLORE

**GAZETA DO POVO**

Terça-feira, 08 de Fevereiro de 2022.

ASSINE

ENTRAR[Termos de uso](#)[Vida e Cidadania](#)[Podcasts](#)[Dúvidas Frequentes](#)[About Gazeta do Povo](#)[Educação](#)[Videos](#)[Ideias](#)[Especiais](#)[Casas de Apostas Confiáveis](#)

pleno.news

Deputado quer impeachment de Carmen Lúcia após reunião com esquerdistas

Ministra participou de um encontro no qual um dos temas discutidos
foi o aborto



Em um vídeo publicado nas redes sociais, o deputado federal Bibo Nunes (PSL-RS) afirmou que irá apresentar um pedido de impeachment contra a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF). A medida tem por base uma reunião com esquerdistas na qual a ministra esteve presente e um dos temas tratados foi o aborto.

O encontro ocorreu na casa da ex-senadora e ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy. A ministra do STF, no entanto, acabou deixando o encontro após uma “divergência” sobre uma carta pedindo a regulamentação da interrupção da gravidez. De acordo com o veículo, a “polêmica” teve início após Cármen Lúcia se opor ao uso do tema aborto no documento.

De acordo com a coluna de Mônica Bergamo, do jornal Folha de S.Paulo, Cármen Lúcia pediu que a carta tivesse outra abordagem sobre o tema, defendendo a necessidade da criação de uma secretaria de mulheres, além de recursos destinados a políticas sobre a mulher. Pouco

depois, a ministra se levantou da mesa, disse que precisava pegar um voo e se despediu das presentes.

Ao comentar o encontro, Bibó Nunes lamentou que a ministra tenha participado de um “ato político”.

– Como uma ministra está participando de um ato político como esse, se o artigo 95 da Constituição Federal [...] proíbe que juízes, magistrados participem de vida política partidária? [...] Entrarei inicialmente com um pedido na Procuradoria-Geral da República para que me informem se houve crime e, depois, vou até o Senado Federal pedir o impeachment da ministra.



O ESSENCIAL

Cármem Lúcia discorda sobre aborto e sai da casa de Marta Suplicy: "Polêmica"

Publicado por Flávia Barros - 29 de janeiro de 2022



Cármem Lúcia, ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) deixou o encontro na casa da Marta Suplicy, ex-senadora e ex-prefeita na sexta-feira (28). Isso ocorreu após ela se ver em um debate sobre a descriminalização do aborto.

O encontro foi promovido pela ex-prefeita de São Paulo. Tinha cerca de 30 mulheres na reunião. O evento tinha como objetivo elaborar uma carta aberta à nação e estimular inclusão de propostas para as mulheres nas campanhas à Presidência. A informação é da Folha de S. Paulo.

A ministra chegou por volta das 13h, sendo que o encontro começou pela manhã. Ela fez um discurso por meia hora sobre a violência contra mulher. Depois de almoçar, se sentou ao lado de Marta para a reabertura dos debates.

Cármem, como chegou atrasada, perdeu uma parte da conversa. Algumas participantes do encontro voltaram na ideia de pedir a regulamentação do aborto. A ministra se opôs ao uso da palavra aborto na carta.

Em conversa com Marta, a ministra chegou a propor que, ao invés de falar da legalização do aborto na carta, o documento falasse da criação de uma secretaria da mulher. E também pedisse um orçamento destinado a política que passassem por “questões da mulher”.

Lúcia disse que precisava pegar um voo e saiu da reunião: “Meninas, eu espero que vocês consigam chegar a algum [interrompe]. Eu tenho que ir embora para o meu voo”.

Depois, Cármen Lúcia foi questionada se estava indo embora por causa do tema “aborto” ou pelo voo, e ela disse que: “Isso aí causa muita polêmica”.

Depois, Marta falou que a carta deve ser mais cautelosa. Algumas mulheres ficaram decepcionadas, mas entenderam que não era a hora desse assunto tão forte.

A Folha teve acesso a versão final da carta, e disse que menciona a “manutenção e expansão dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher”.

Não foi só Cármen Lúcia que participou da reunião

Marta recebeu em sua casa nomes como: A senadora Simone Tebet, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), a presidente da OAB-SP, Patricia Vanzolini, e a escritora e diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro, Bianca Santana.

Também teve a presença de: a diretora do Instituto Marielle Franco, Anielle Franco, a líder do Movimento dos Sem-Teto do Centro, Carmen Silva, a artista e ativista Preta Ferreira, a advogada Sheila de Carvalho, a secretária municipal de Cultura de São Paulo, Aline Torres, a especialista em educação Claudia Costin, a escritora e roteirista Tati Bernardi e a jornalista Mariliz Pereira Jorge.

